

O TRABALHO ESCRAVO NA CIDADE DO CRATO (1850-1870)

Iris Mariano Tavares

Universidade Federal da Paraíba
irismarianotavares@hotmail.com

Sou aluna do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba e desenvolvo, sob orientação da professora Dr^a. Solange Pereira da Rocha, pesquisa sobre a vida familiar dos escravizados da cidade do Crato¹, ao sul do Ceará², na segunda metade do século XIX. Por isso, neste artigo, pretendo analisar alguns aspectos da escravidão nesta localidade. Minha atenção se volta para a distribuição da posse de escravizados nos anos de 1850 a 1870, procurando identificar a importância da sua participação na economia da cidade, as atividades nas quais sua mão-de-obra foi utilizada, o valor de sua mão-de-obra naquela sociedade, suas idades e sexos, bem como o tamanho das posses. Para realizar o estudo das questões levantadas me valho da pesquisa documental de 183 inventários³. Acredito que o estudo das especificidades da localidade acima referida, quanto à utilização da mão-de-obra escravizada, ao tipo de atividades econômicas desenvolvidas e ao perfil demográfico das posses, constitui-se no primeiro momento em direção a um melhor entendimento das relações que os indivíduos escravizados foram capazes de estabelecer entre si e com pessoas de estatutos jurídicos diferentes do seu.

Os inventários dão a conhecer os nomes, as idades, as condições de saúde – estes dois últimos, detalhes importantes para a compra, a venda ou o aluguel de um escravizado – a cor da pele e, às vezes a naturalidade, a filiação e a profissão dos indivíduos escravizados. Contudo, os problemas metodológicos suscitados pela utilização desses documentos devem ser levados em consideração. Para o caso da análise das fortunas inventariadas, lembro que os inventários não contemplam a totalidade dos homens e mulheres livres da época em questão, uma vez que nem todos tinham bens a arrolar ou podiam pagar pela feitura dos mesmos. Além disso,

¹ Sobre a cidade do Crato, ver: Irineu Pinheiro (1950), José Alves de Figueiredo Filho (1964), João Brígido (2007) e Waldemar Arraes de Farias Filho (2007).

² A respeito de um balanço historiográfico sobre a escravidão no Ceará, ver: Pedro Alberto de Oliveira Silva (2002) e Frederico de Castro Neves (2011). E sobre a presença negra no Ceará, ver: Antônio Eurípedes Funes (2000) e Hilário Ferreira (2009).

³ Os inventários estão disponíveis para pesquisa no Centro de Documentação do Cariri (CEDOC), do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA).

Os inventários são desiguais na riqueza de informações. Se havia homens verdadeiramente metódicos na anotação das características conhecidas dos escravos (e relevantes para o mercado), havia também os que pareciam ter pressa na execução de seu ofício. Por vezes, nem sequer anotavam-lhes a idade, um elemento-chave na avaliação deste peculiar bem (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 44).

A cidade do Crato, por sua vez, localiza-se atualmente na Microrregião do Cariri, juntamente com as cidades de Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Jardim, Nova Olinda, Santana do Cariri e Porteiras. No século XIX, Crato ocupava os atuais territórios de Farias Brito, Caririçu – que hoje fazem parte da região metropolitana do Cariri –, Santana do Cariri e Juazeiro do Norte. Foi pelo Cariri cearense que se iniciou o povoamento do interior do Ceará, por volta do ano de 1703. Foi também no Cariri, mais precisamente em Missão Velha, onde foram introduzidos os primeiros escravos negros da capitania do Ceará com a finalidade de realizar um trabalho definido: a extração de ouro. Isso ocorreu entre os anos de 1756 e 1758, período de existência da Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris: “Durante esse período, executaram serviços de mineração sessenta e nove escravos, entre ladinos e boçais, africanos e crioulos” (SILVA, 2002, p. 50). O Cariri cearense encontra-se ainda estrategicamente localizado, pois “fica distante cerca de 500 a 600 quilômetros de cinco capitais do Nordeste: Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife e Teresina” (OLIVEIRA, 2003, p. 13). Já o Crato se originou na década de 1740, tendo como núcleo a Missão dos frades Capuchinhos, denominada de Missão do Miranda ou Missão do Brejo do Miranda. Tornou-se Villa Real do Crato em 1762 e cidade, em 1853 – sendo Cabeça de Comarca da província do Ceará desde 1816.

Através do estudo de 183 inventários pude apreender que havia, entre os inventariados⁴ – como pode ser observado no gráfico abaixo –, uma predominância média de posses com um a dez escravizados. Essas posses chegaram mesmo a representar 80% do total das posses, que encontrei na documentação, em 1850; pouco mais de 85% em 1852; e 100% nos anos de 1863 e 1869. Apenas três proprietários apresentaram posse de mais de vinte escravizados, a saber: o Tenente Coronel Vicente Amancio de Lima, com trinta escravizados declarados pela inventariante⁵ Clara Vitoria de Macedo, em 1857; Anna Paulla de Jezús, com 25 escravizados declarados pelo

⁴ Pessoa falecida com bens a arrolar em inventário.

⁵ Pessoa responsável por declarar os bens pertencentes à pessoa falecida para a avaliação.

Capitão João Pereira de Carvalho, em 1859; e Manoel Gonçalves da Silva, proprietário de 24 cativos, com os bens declarados em 1860.

Logo, não havia grandes concentrações de cativos nas mãos dos proprietários inventariados. Em 1850, 71,42% dos inventariados possuíam escravizados, sendo a maioria deles, possuidora, de no máximo, dois cativos. Em 1852, a porcentagem de inventariados proprietários de escravizados subiu para 85,71%, sendo que as posses apresentavam, agora, em sua maioria, no máximo quatro escravizados. Em 1858, o percentual desses proprietários também era alto, chegando a 75% e a maior parte das posses se compunha de apenas um escravizado. Em 1863 e 1869, 100% dos inventariados possuíam cativos. Somente em 1853 a situação se inverteu e houve uma maior concentração da posse, quando 40% dos inventariados se valiam do trabalho de escravizados.

Gráfico 1
Distribuição de posse na vila/cidade do Crato (1850-1870)

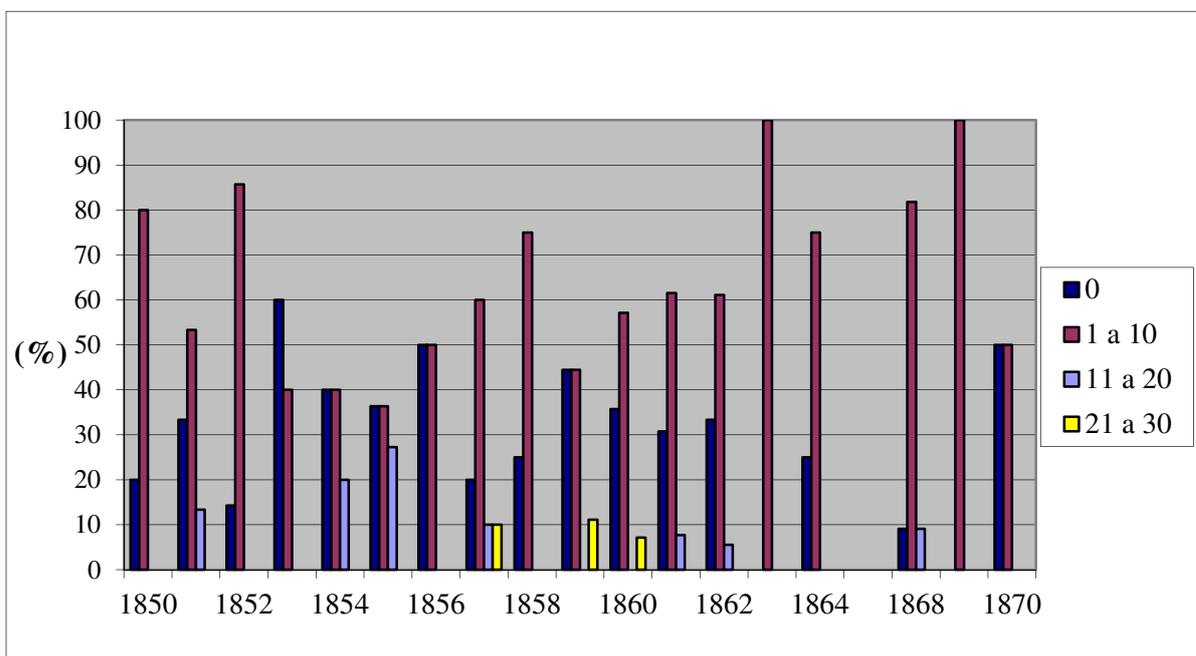


Gráfico montado por Iris Mariano Tavares e Darlan de Oliveira Reis Junior. Fonte: inventários, CEDOC, caixa XII a caixa XXIII. Cód. de Ref: Br.CDOCC,FHP;INV.

Roberto Guedes também encontrou uma grande disseminação da posse de escravizados entre os produtores de açúcar da vila Porto Feliz, na São Paulo dos anos 1798 a 1843, quando, “A mão-de-obra escrava estava presente em quase todos os

domicílios que produziam açúcar, que concentravam entre 56,9% e 79% dos cativos” (GUEDES, 2008, p. 41). Segundo ele, isso se dava devido à mão-de-obra escravizada ser relativamente barata no período. “Forte presença de escravistas de porte modesto, difusão relativamente ampla da instituição e inexistência de grande concentração na posse de cativos”, de acordo com Motta, Nozoe e Costa (2004, p. 157), esse foi um padrão no sistema escravista brasileiro. E a vila/cidade do Crato não fugia a ele, mesmo na segunda metade do século XIX.

Quanto à população escravizada arrolada nos inventários, era jovem (ver gráfico 2), com a mediana⁶ de idade de quinze anos para os anos de 1850, 1855, 1856, 1863 e 1869. Chegando a atingir a faixa dos 8,2 anos, em 1857 e a dos doze anos, em 1859. O valor mais alto atingido pela mediana de idade foi o de trinta anos, em 1851.

Gráfico 2
Mediana de idade dos escravizados da vila/cidade do Crato (1850-1870)

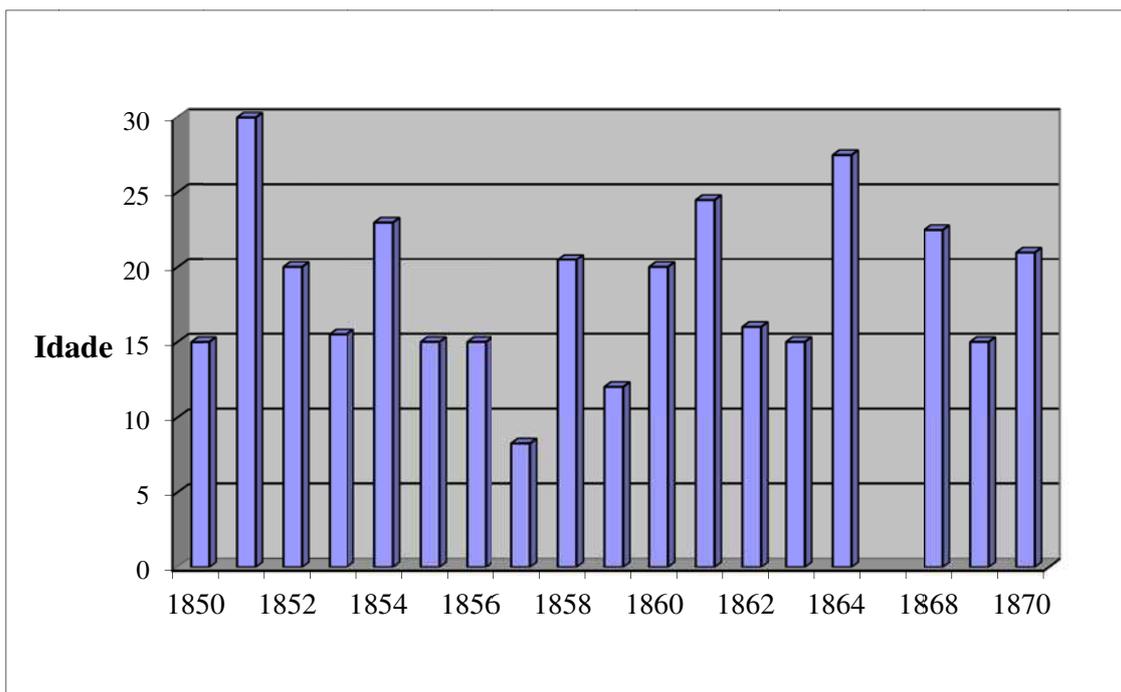


Gráfico montado por Iris Mariano Tavares e Darlan de Oliveira Reis Junior. Fonte: inventários, CEDOC, caixa XII a caixa XXIII. Cód. de Ref:Br.CDOCC,FHP;INV.

⁶ A escolha por calcular a mediana no lugar da média aritmética de idade, se deu por os valores submetidos ao cálculo serem dispersos e, assim, aquela possibilitar valores mais aproximados da realidade.